

**Romancização ou serialização: ou diferentes formas de tempo /**  
*Novelization and Serialization: Or, Forms of Time Otherwise Otherwise*

*Peter Hitchcock\**

**RESUMO**

Este artigo explora a noção bakhtiniana de romancização no que se refere à sua teoria de tempo e serialização. Bakhtin, para quem o romance é histórico, mas sem história, remonta à Grécia antiga para traçar a história do romance. Sem dar a ele uma identidade fixa, compreende-o em termos de tendências e crises. A romancização, para Bakhtin, é um meio de tornar a história literária acessível a uma análise mais dialógica da forma e um modo discursivo para avaliar ideologias criticamente. Ele enfatiza a habilidade desestabilizadora do romance, sua descentralização do discurso e sua acomodação de vozes não oficiais e estrangeiras. Seu sugestivo relato histórico do desenvolvimento do romance nos permite estender seu pensamento e esboçar a romancização mais como uma condição futura do que uma lei genérica. Bakhtin oferece uma versão problemática de modernidade, na qual o romance ativa a influência do tempo sobre o presente; no entanto, por causa da propensão à crise da modernidade, o tempo é suspenso. O artigo também examina um cronotopo do romance sobre o qual Bakhtin tem pouco a dizer: o tempo/espaço da nação. Benedict Anderson e Etienne Balibar, cujos interesses incluem temas relacionados ao comparatismo, ao multiculturalismo e ao pós-colonialismo, questionam a ideia de nação por meio de análises em que o gênero romanesco é privilegiado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Romancização; Serialização; Ideologias; Modernidade; Nação

**ABSTRACT**

*This article explores Bakhtin's notion of novelization in relation to his theory of time and serialization. For Bakhtin, the novel is historical without history. He traces the novel's history to ancient Greece, without giving it a fixed identity, seeing it in terms of tendencies and crises. Novelization, for Bakhtin, is a means of opening up literary history to a more dialogic analysis of form and a discursive mode to critically assess ideologies. He underlines the novel's destabilizing ability, its decentralizing of discourse, and its accommodation of unofficial and alien voices. Bakhtin's suggestive historical account of the novel's development allows us to extend his thinking and sketch an outline of novelization as a future conditional, rather than a generic law. Bakhtin offers a problematic version of modernity, in which the novel activates time's purchase on the present. But because of modernity's propensity for crisis, time is suspended. The article also examines a chronotope of the novel about which Bakhtin has little to say: the time/space of nation. Benedict Anderson and Etienne Balibar, whose interests include the themes of comparatism, multiculturalism, and postcolonialism, question the idea of nation through their analyses that privilege the novel genre.*

**KEYWORDS:** *Novelization; Serialization; Ideologies; Modernity; Nation*

---

\* Graduate Center and Baruch College – CUNY, Nova Iorque, Nova Iorque, Estados Unidos da América; Hitch58@comcast.net

Em uma brilhante interlocução na revista *PMLA* [*Modern Language Association* (*Associação de Línguas Modernas*)] em 1994, Ken Hirschkop e David Shepherd expressaram certa dúvida em relação ao ensaio escrito por Gary Saul Morson na mesma revista em 1992. Nele, Morson argumenta que “[a] ideia de que Bakhtin era um marxista ou de que o seu conceito de diálogo de alguma forma oferece sustentação para a dialética parece verdadeiramente estranha” (MORSON, 1992, p.228)<sup>1</sup>. Em seu ensaio, Morson (1992) afirma que Bakhtin oferece evidências indisputáveis do contrário (a tática comum é utilizar um contraste abrupto e bastante tênue entre diálogo e dialética encontrado em seus apontamentos de 1970-1971)<sup>2</sup> e que, em Bakhtin, marxismo e socialismo – Morson nunca os distingue – são exemplos de “teoricismo”, que obstrui a passagem do tempo e a criatividade individual. De forma incisiva, Morson declara que “[p]ara os eslavistas, o marxismo parece ser tudo menos progressista e liberador. A sua história prática inscreve-o mais como antagonista do que como um aliado natural da liberdade, e a sua história de repressão e de genocídio étnicos projeta-o como o real oposto dos ideais progressistas americanos” (MORSON, 1992, p.227)<sup>3</sup>. Provavelmente, os eslavistas também sabem que, apesar de os Estados Unidos terem muitos ideais progressistas, eles tiveram de ser confrontados diante de uma fundação caracterizada pelo genocídio (de nativos americanos) e de uma repressão étnica que continuou muito tempo depois da proclamação da emancipação dos escravos. A história parece misturar os opostos.

Hirschkop e Shepherd (1994) compreendem a intervenção de Morson como um pobre disfarce para a sua adesão ao absolutismo liberal dos brancos americanos – essa posição é mais explicitamente trabalhada na oportuna tradução que fizeram da correspondência de Morson publicada em russo – apesar de, por vezes, não ficar totalmente clara (e até mais confusa) a diferença com o absolutismo conservador.

Em sua réplica, Morson (1992) diz que foi citado fora de contexto e que as posições a ele imputadas são as que ele, de fato, atribui a outros. (É interessante notar

---

<sup>1</sup> Texto no original: “[t]he idea that Bakhtin was a Marxist or that his concept of dialogue somehow offers support for dialectics seems truly weird”.

<sup>2</sup> BAKHTIN, M. Apontamentos de 1970-1971. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.367-392.

<sup>3</sup> Texto no original: “[t]o Slavists, Marxism seems anything but progressive or liberating; its record in practice marks it as the antagonist, rather than a natural ally, of freedom; and its history of ethnic repression and genocide casts it as the very opposite of American progressive ideals”.

que os outros são, normalmente, eslavistas com os quais tanto o ensaio quanto a réplica estão associados). O ponto principal da resposta de Hirschkop e Shepherd não era o de reivindicar o marxismo de Bakhtin, mas de sugerir que a representação dos eslavistas – e a de Bakhtin em particular – feita por Morson não deixava de ser política em sua apresentação e intenção, e que a conspiração esquerdista, descrita por Morson nas universidades americanas – como atribuir indiscriminadamente a teoria radical ao “teoricismo” – era, no que se refere a uma política da crítica, algo menos que dialógico.

Seria anacrônico ressuscitar, na segunda década do novo milênio, um debate antigo sobre as políticas da crítica e Bakhtin; entretanto, aspectos desse debate têm se tornado cada vez mais (em vez de menos) prescientes ao longo dos anos e, como argumentarei, podem apurar os nossos sentidos no que se refere à lógica temporal adotada por Bakhtin. Certamente é a teorização do tempo feita por Bakhtin, que encontra espaço precisamente na cisão encontrada no “diálogo” em questão na revista *PMLA*. Isso não significa que estejamos fadados a repetir as divisões expressas; pelo contrário, significa que devemos prestar mais atenção às conexões em série que unem e distinguem a eventicidade temporal que Morson, entre outros, privilegiam no trabalho de Bakhtin. No entanto, se minha leitura permanece inconsistente com a interlocução – e, até em certa medida, com Bakhtin –, isso também é uma extensão da distância presente ou da heterocronia que, diferentemente de Morson, é uma política da diferença no e do tempo. Isso, por exemplo, mais do que a supremacia genérica, é o que considero instigante na concepção bakhtiniana de romancização<sup>4 5</sup>.

A política não interfere na propensão estética da romancização: é a própria romancização que não abandona o discurso político. A romancização sempre significou uma crise no gênero e em certos cânones de gênero: a questão é se ela, por si só, é um sintoma ou a explicação da crise. Para todos aqueles que ficam indignados quando a economia política parece invadir a literatura, é necessário lembrar que Bakhtin concebeu a romancização como o invasor *par excellence* e, significativamente, que o

---

<sup>4</sup> A coleção de ensaios *The Dialogic Imagination* (1981) está impregnada por esta teoria.

<sup>5</sup> N. do T. *The Dialogic Imagination* (BAKHTIN, 1981) contém os seguintes ensaios: Epos e o romance (Sobre a metodologia do estudo do romance), Da pré-história do discurso romanesco, Formas de tempo e de cronotopo no romance (Ensaio da poética histórica) e O discurso no romance. Esses ensaios são encontrados na coletânea *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Autora Fornoni Bernardini et al. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. O ensaio O discurso no romance também foi

próprio conceito de romancização nasceu da crise no sentido mais amplo, tanto pessoal quanto socioeconômico. De fato, o ponto crucial dessa combinação levará, posteriormente, à nossa discussão sobre serialização e nação, esta última uma vítima particular da globalização capitalista.

Bakhtin fez advertências contra abordagens ideológicas, embora sua visão de ideologia fosse excessiva e sensivelmente determinada e dependente do desejo de confundir aqueles que tinham o poder de escolher entre sua vida ou sua morte, levando-o a ofuscar o significado do termo. Para aqueles que identificam em Bakhtin, por exemplo, um constante ataque ao marxismo, vale a pena lembrar que o dialogismo teria exigido uma estratégia mais sutil na Rússia Soviética. Na raiz de toda ideologia, encontra-se uma persuasão política que não é denominada como tal. Entretanto, a romancização não é somente um meio de disponibilizar a história literária para uma análise mais dialógica e plurilinguista da forma, o que é mais comumente encontrado, mas é também um modo discursivo que pode avaliar as ideologias ou as ideias dirigentes de qualquer tempo sem, necessariamente, ter de endossá-las, depreciá-las ou até mesmo denominá-las.

O romance pode ser o herói bakhtiniano, mas não é necessário que nenhum romance em particular substitua o seu heroísmo. É isso que coloca a avaliação que Bakhtin faz do romance em desacordo com as de F. R. Leavis, ou Forster, ou mesmo de Lukacs, que, como Bakhtin, está menos interessado nos cânones e mais atraído pelo entendimento da lógica do cânone e daqueles descontentes com ela. Especificamente, ao se considerar Bakhtin e Lukacs, a linha entre um bom e um mau dialogicista parece ser perigosamente tênue – o mesmo aconteceria com o seu inverso. O bom dialogicista, por exemplo, castigará Luckas por hipostasiar o épico em vez de apresentar a pré-história do romance. Nesse esquema, o mau dialeticista talvez sobrestime o épico, mas tem a vantagem de ter mais do que somente o épico à sua disposição. O mau dialogicista irá meramente repetir os erros do mau dialeticista em prol do romance puro (outro oxímoro), enquanto o bom dialeticista deve levar em consideração a pré-história de todas as coisas ou, pelo menos, a daquela que é útil à exigência da totalidade. Bakhtin, o dialogicista, talvez não tenha estado sempre no comando do seu pensamento sobre o

---

traduzido recentemente (2015) por Paulo Bezerra e encontra-se na obra *Teoria do romance I: a estilística*. Cf. referência na nota de rodapé 6.

assunto – ou o dialeticista, e aqui o conteúdo ultrapassa a frase –, mas a romancização dá abertura ao estudo da literatura ao usar a interferência genérica como uma força de mudança ou de profunda especificidade. Bakhtin afirma que “cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos” (2015, p.30)<sup>6</sup>, um *insight* admirável na profusão plurilíngue dos discursos de qualquer tempo, mas, não necessariamente, a chave para o entendimento de sua adjudicação.

Ao ocupar-se dos marcadores genéricos do romance, Bakhtin consegue se distanciar não somente de oponentes, como Shpet, mas também de teóricos do discurso retórico mais complementares, como Vinogradov. A dificuldade é que as forças centrípetas e centrífugas que esbravejam no mar da especificidade do signo dialogizam os próprios termos da teoria. Não há necessidade de tirarmos proveito de uma regressão sem fim ou de versões menos profundas de desconstrução para negar essa ideia; entretanto, ela, de fato, significa que a romancização talvez não vá além da sua própria reacentuação criativa. Este é, verdadeiramente, o desejo do dialeticista: ler o tempo por meio de conceitos. Sentimo-nos mais à vontade quando a romancização está tranquilamente resguardada neste ou naquele romance, enquanto ficamos um pouco mais cautelosos com a insistência de Bakhtin na pré-história da romancização, como o romance na cultura grega antiga. O conceito claramente ultrapassa o romance tanto na sua pré-história quanto no seu futuro; dessa forma, talvez possamos vê-lo em tudo, desde um *blog* até em um símbolo em uma lista de compras de um avatar. A dificuldade, então, não é apenas o passado pródigo da romancização, mas a mudança exponencial nos estratos discursivos que saturam o *socius* de um momento a outro. Se chamarmos toda essa mistura, flexão, combinação e hibridização de gênero de “romancização”, então o discurso tornou-se um imbróglio perigoso. Certamente a romancização ataca os movimentos elitistas que obstruem a mudança plurilíngue na forma, mas esse apelo entusiástico para a democratização do discurso ameaça toda forma de discernimento, levando a não se separar o joio do trigo. Seria possível que a verdade da romancização enquanto conceito fosse o fato de que ela verdadeiramente completa o romance com modernidade, mas paradoxalmente encontra a sua inovação derrotada por essa superadequação? É a isso que me refiro como o tempo da diferença.

---

<sup>6</sup> BAKHTIN, M. *Teoria do romance I: a estilística*. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

Nem Bakhtin nem Lukacs acreditam que o romance é uma forma essencialmente burguesa, mas, como Galin Tihanov (2000) aponta, isso os conduz a duas versões muito diferentes de modernidade. Infelizmente, não temos mais o privilégio de escolher entre eles, pois, como os famosos debates entre Lukacs e Brecht, eles podem ser ventriloquizados, mas nunca reproduzidos como tal. Lá no fundo, espera-se que, no que se refere ao empenho humano, o dialogismo e a dialética juntos representem a relatividade geral e a mecânica quântica; entretanto, a modernidade tem limitações, e na romancização há mais arrogância do que esperança. A despeito disso, apresentarei um esboço da romancização como uma condição futura – e não como uma lei genérica – antes de conectá-la ao material prosaico da própria temporalidade.

Na década de 1930, enquanto a economia dos Estados Unidos estava em declínio e a Europa ocidental começava a ter registros de um socialismo nacional na Alemanha, o stalinismo na União Soviética criava suas próprias crises. O programa de coletivização forçada colheu alguns frutos, mas também consequências desastrosas. A execução dos chamados *kulaks* é bastante conhecida (alguns era simples camponeses que discordavam), mas a política soviética também facilitou a devastação da fome na Ucrânia e no Cazaquistão ao custo de milhões de vidas. Enquanto Kustanai (onde Bakhtin viveu em exílio) foi bastante poupada desse tipo de privação (muitos russos étnicos viviam lá), a coletivização ainda produzia dificuldades e resistência. Clark e Holquist percebem que é irônico o fato de que a única publicação de Bakhtin nesse período foi um ensaio que exigiu as suas habilidades com contabilidade e com o treinamento de fazendeiros durante a coletivização (CLARK; HOLQUIST, 1998)<sup>7</sup>. Para outro tipo de escritor banido, o ensaio intitulado *Experience Based on a Study of Demand among Kolkhoz Workers* [Experiência baseada no estudo de demanda entre os trabalhadores colcosos] é descrito como uma “aventura não-séria nos domínios do prelo” (1998, p.275)<sup>8</sup>. Se, como Clark e Holquist argumentam, Bakhtin estava profundamente aborrecido devido aos efeitos da coletivização no Cazaquistão, essa seria uma maneira muito estranha de expressá-la. A lei conhecida como a Lei das Cinco Espigas de 1932, por exemplo – uma política de coletivização contra o armazenamento mesmo das menores quantidades de grãos – tornou-se uma pena de morte *de facto*,

---

<sup>7</sup> CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

<sup>8</sup> Ver nota de rodapé 7 para referência.

levando ao questionamento do movimento com um todo. O apoio “não-sério” de Bakhtin deve ser visto, então, à luz de uma aquiescência estratégica mais generalizada entre os intelectuais, uma capacidade negativa, de fato, do dialogismo.

O stalinismo também reforçou um hermetismo específico entre os estudiosos da literatura. Mesmo a famosa conferência em Moscou sobre o romance, em 1934-1935, explorada cuidadosamente por Tihanov, trouxe controvérsias que foram, em grande medida, prescritas. Lukacs ocupou-se da sua teoria do romance. Outros deram ao romance um papel na homogeneização comunista da cultura, e outros poucos deram relatos rebuscados da extravagância burguesa. Como um todo, no entanto, tais eventos confirmaram que toda crítica do discurso oficial deveria soar muito semelhantemente ao discurso oficial, a não ser que alguém fosse submetido a uma rendição extraordinária, ainda que pequena, uma prisão secreta da qual pudesse retirar-se pela rota de saída horizontal. Bakhtin sabia que isso era verdade; o seu exílio era uma suspensão de uma morte certa em um campo de prisão. Dessa forma, como outros de sua geração, sacralizar a palavra era uma empreitada tanto profissional quanto profilática. A estética, em especial a do passado, era reverenciada. Entretanto, se alguém quisesse tratar do presente, tornava-se apropriado apresentar ou uma clara opacidade ou um franco compromisso com verdades já estabelecidas. Não devemos subestimar essa cultura do medo, nem os futuros historiadores devem escusar-se de registrar a mordada que a guerra ao terror confeccionou – exceto em tempos de aventura; podemos ter tantas horas e dias de aventura quanto quisermos.

Como isso modula o conceito de romancização? Além do uso considerado óbvio que Bakhtin faz do tratado sobre formas simbólicas de Cassirer, a sua noção de modificação genérica e hibridização tem uma abertura que o livra de qualquer julgamento sobre a arte romanesca do presente. Se a lista de romances russos de Lukacs era pequena, Bakhtin conveniente e justificadamente sentiu que uma exegese crítica profunda era possível até Dostoiévski, deixando fora do alcance todo o resto da produção literária do mundo – muitas vezes literalmente, apesar de sua memória prodigiosa. A partir dessa perspectiva, a romancização é uma ideia brilhantemente histórica, mas sincronicamente ausente no presente. Entretanto, hoje é possível expor a tendência oposta: a permanência presentista do argumento do fim da história em que

somente o “agora” plurilíngue é perceptível. A interrupção do futuro deve incomodar essa inversão cruel.

A romancização, para Bakhtin, é histórica, mas sem história. Pode-se traçar o romance até a Grécia antiga, com menos identidade do que tendências genéricas. Essas se referem à habilidade de desestabilização do romance, de descentralização do discurso, de acomodação de vozes não oficiais ou estrangeiras e de seu desejo de poder frente a outros gêneros. Notadamente, enfatiza-se o princípio da luta, apesar de estar privado de uma estratificação social distinta, e essas tendências romancizadoras são a marca do verdadeiro imperador beneficente enquanto romance: “Conhecei outros gêneros para que possais prosperar com a minha colonização ofensiva”. Esse espaço não tem coordenadas no tempo – é imanente à interação genérica, mas não oferece nenhuma quinta-essência em termos de canonização. Considere-o como a intensidade deleuziana ou como o pivô da teoria do caos sobre a homeostasia, mas ele não esconderá a história literária normativa. Essa é a razão pela qual Bakhtin se assemelha mais a grandes filólogos, como Cassirer, Vossler, ou Auerbach, do que a teóricos do romance, como Lukacs, Frye, Watt, ou, mais recentemente, Moretti.

Quando Bakhtin, ao tirar algumas conclusões em *Epos e romance* (2014, p.426)<sup>9</sup>, escreve que o “presente, com seu caráter inacabado [...] marca uma revolução grandiosa na consciência criadora do homem”, ele simplesmente realça que a romancização não pode responder a esse presente. Ele pode asseverar que o romance é a própria plasticidade (BAKHTIN, 2014, p.427)<sup>10</sup>, mas dizer mais do que isso pode separar a revolução que ele tem em mente da revolução que está diante dele. Não estou afirmando que a teoria da romancização de Bakhtin foi apenas o produto de uma sociedade de vigilância – apesar de entender que sempre que orgulhosamente mostro meus produtos de higiene pessoal em uma inspeção de segurança, introjeto precisamente um paradigma totalitário de autopolicamento e percebe, novamente, a ausência de liberdade que me protege. Mas se a romancização evidencia um gênero que “é construído numa zona de contato direto com o presente em devir” (BAKHTIN, 2014,

---

<sup>9</sup> BAKHTIN, M. *Epos e romance* (sobre a metodologia do estudo do romance). In: \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Autora Fornoni Bernadini et al. 7.ed. São Paulo: HUCITEC, 2014, p.397-428.

<sup>10</sup> Ver nota de rodapé 9 para referência.

p.427)<sup>11</sup>, só é possível lamentar o fato de que Bakhtin não se dispôs a detalhar essa zona de contato de uma forma sistemática. (Contraste isso com os escritos da década de 1930 de Walter Benjamin, em cujo trabalho fervilhava o discurso da emergência). Ao se combinar o passado sem passado da romancização com o seu presente como silêncio, não é possível ter certeza se o que está em jogo é a lógica do romance ou alguma panaceia, como, por exemplo, a da conveniência. E aqui reside um antimônio clássico de modernidade.

Em parte, Bakhtin procura vencer esse antimônio ao harmonizar uma ênfase kantiana no axiomático com uma crítica hegeliana sobre a consciência em desenvolvimento do tempo, ou aquilo que tenho percebido como a diferença de tempo. O esforço é louvável, mas, mesmo sendo o tempo colocado em primeiro plano no cronotopo, o presente é esvaziado de conteúdo verificável, das coordenadas reais do progresso que provam as reivindicações epistemológicas da romancização enquanto processo. Diante da síntese utópica do ser-para-si e do ser-em-si, a consciência do tempo de Hegel é aquela da dor. Essa lógica, com a sua correspondente supressão ou adiamento do presente, não é monopólio da epistemologia *gulag*. Consequentemente, temos diante de nós um conceito intrigante e problemático de modernidade no qual o romance ativa a influência do tempo sobre o presente, mas, devido à propensão estrutural da modernidade para a crise, a diferença de tempo é cruelmente suspensa. A política não é a área que refaz a passagem entre a diacronia e a sincronia, pois, apesar de ela ser propensa a criar um alibi da ausência de tempo em face do oportuno, há razões pertinentes para se acreditar que a romancização é consanguínea do progresso no movimento de modernidade; então, a política pode trazer a sociedade e a natureza de volta à equação e permitir que se chegue a um entendimento do romance como o jogo final da modernidade, a revolução do revolucionário. E, dessa forma, devemos estar concentrados no tempo da diferença.

O cronotopo do romance mais significativo é aquele sobre o qual Bakhtin não tem quase nada a dizer: o tempo/espço da nação. Essa assertiva pode soar surpreendente ao vir de alguém que contribuiu para um volume intitulado *Bakhtin e a nação*; mas, como os editores asseveraram, Bakhtin deve ser, em certa medida,

---

<sup>11</sup> Ver nota de rodapé 9 para referência.

superado, a fim de que as perguntas adequadas possam ser feitas<sup>12</sup>. No mesmo volume, Tihanov descreve a teoria do romance de Bakhtin como uma teoria latente de nação e nacionalismo, à qual eu responderia: melhor latente do que nunca. Lukacs – quando era um bom dialeticista, é claro – nunca deixou de conectar as complexidades do romance com a consciência de nação, e os seus estudos sobre Goethe, Mann e Dostoiévski estão repletos desse tipo de análise. Auerbach, talvez o filologista preeminente do século XX, ao fazer a sua crítica a Stendhal e Balzac, não deixou de trazer à tona a força formativa da França, mas Bakhtin, que viveu os anos mais tumultuados da vida da nação russa, não pensou de maneira profunda sobre a imbricação da romancização com a nacionalidade (*nationness*)<sup>13</sup>. Esse pode ter sido o silêncio estratégico de um homem que foi chamado de xenofóbico, de alguém que nem sequer gostava de conhecer estrangeiros, ou pode ser o resultado do fato de que a temporalidade da nação atrapalha o tempo da romancização a tal ponto que empurra o seu conteúdo para o presente.

Em função do comparatismo, multiculturalismo e pós-colonialismo em particular, questionar a nação por meio do romance é apropriado e, assim, por extensão, acreditamos que Bakhtin foi propício a essa tarefa. A dificuldade, no entanto, é que, para se problematizar a nação pelas teorias do romance, deve-se ter um entendimento bastante preciso do que constitui uma nação linguisticamente, geograficamente, historicamente, etnicamente, politicamente e, até mesmo, tecnologicamente. Não é possível apenas afirmar que o romance transcende fronteiras nacionais como se essa afirmação livrasse o crítico de uma explicação responsável do fato. É imperioso dizer, entretanto, que definir nação não é uma tarefa fácil, pois tem, como consequência natural, a prática perigosa de se definir o romance. Por essa razão, a ênfase está no processo: a romancização para Bakhtin e a serialização para mim. O processo, como um tipo de exegese hegeliana do devir, permite medir sem medição – se medição for entendida como puramente quantitativa. Ao se compreender romancização e nação como o espaço interrompido e interruptor da política, o tempo da diferença requer um conceito suplementar que interroge o presente ausente na teoria bakhtiniana.

---

<sup>12</sup> Ver Hitchcock (1999); ver também a introdução do grupo editorial (p.11–30).

<sup>13</sup> N. do T. Optamos pelo termo ‘nacionalidade’ para a tradução do neologismo *nationness*, mas apresentaremos o verbete em inglês entre parênteses sempre que ele for mencionado. Cf. o uso do termo por Anderson (1985) [ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira

A articulação de nação como uma comunidade imaginada, de Benedict Anderson, é muitas vezes entendida para significar que o imaginário da literatura e da nação são sinônimos. Diante disso, escritores como Jose Rizal e Pramoedya Ananta Toer (seus principais critérios de avaliação) não somente são exemplares em sua forma de narrar a nação, mas são sempre coincidentes em sua forma de expressão (ANDERSON, 1991). Em *The Long Space [O longo espaço]*, argumento que Anderson, de fato, não faz essa assunção, já que a linguagem primeiro representa a possível expressividade dos autores; dessa forma, é por meio do estudo da linguagem que a característica imaginada de nação pode ser vislumbrada, quer seja na “linguagem nacional” de Pramoedya, na língua indonésia (Bahasa Indonésia) ou no espanhol anticolonial de Rizal<sup>14</sup>.

O problema que prevalece – de que os autores são muitas vezes tidos como representantes culturais da nação – é aquele que Anderson busca revelar e reformular. Os complexos sustentáculos da modernidade podem instanciar o estado-nação e requerer a arquitetônica ideológica e cultural de histórias nacionais, mas os escritores são notoriamente arautos não fidedignos do estado, algo que o *topos* do exílio no modernismo enfatiza – fenômeno que Bakhtin obviamente teria apreciado. Dessa forma, nação não é um ponto fixo com base no qual a afiliação do autor pode ser medida; pelo contrário, como a linguagem, é uma substância viva de identificação que se move de forma irregular junto com o próprio dinamismo do escritor. Um estado vivo requer a aprovação cultural de escritores nacionais, a fim de justificar a sua existência como uma forma de vida reconhecível e estável. (Se o estado promove o letramento, é também de se esperar que os letrados o recompensarão através de uma afiliação expressiva.) Para Anderson, então, escritores como Rizal e Pramoedya permitem um engajamento mais profundo com a escrita de uma nação, especialmente daqueles estados transcritos, como se o fossem, por meio da descolonização.

Essa fenomenologia da própria nação, no entanto, requer qualificação adicional para que os parâmetros de sua narrativa sejam entendidos. Etienne Balibar, por exemplo, faz distinção entre nação e forma de nação: nação pode ser entendida como

---

São Paulo: Ática, 1985] e Bhabha (1998) [BHABHA, H. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013].

<sup>14</sup> Ver Hitchcock (2010), especialmente capítulos 1 e 4.

nações e nacionalidades que produzem uma identificação por meio da reprodução ou da repetição (a referência feita anteriormente ao trabalho do estado); a forma de nação, entretanto, é um modo combinatório, uma formação social cuja hegemonia é, por si só, desenvolvida irregularmente entre outras formações, quer dominantes ou não (BALIBAR, 2004). A forma de nação é, então, “o conceito de uma estrutura capaz de produzir determinados ‘efeitos de comunidade’”, mas “não é, em si, uma comunidade” (BALIBAR, 2004, p.20-21)<sup>15</sup>. É, portanto, um princípio que se move através de nações e que, estruturalmente, é uma causa ausente, o conceito coercitivo que, paradoxalmente, dá condições para a forma aparecer. Eu argumentaria que isso é também o tempo da diferença entre romancização e romance. Diante disso, a nação apresenta-se em serialização, mas a sua forma é a esfera da romancização.

Há mais do que isso na suplementação que Balibar faz à nação por meio da forma de nação, especialmente nas referências explícitas ao modelo de Anderson que ele associa a “meros discursos da comunidade (grandes narrativas míticas, históricas ou literárias)”<sup>16</sup>, o conteúdo da romancização. Ora, o ponto central de Balibar é assegurar o significado estrutural da formação; entretanto, é importante notar que a cultura nunca é uma simples questão de princípio, como a hegemonia do estado bem sabe. Balibar também sugere que “a própria historicidade tem história”<sup>17</sup>, um lembrete pertinente (a Bakhtin e outros) de que histórias incluem metodologias. Por si só, isso não é revelador, mas, no caso da forma de nação, enfatiza que pode tornar-se, do ponto de vista de um perfil definidor, irreconhecível. Diante disso, enquanto Balibar reconhece que “todas as comunidades históricas são principalmente ‘comunidades imaginadas’” (2004, p.130)<sup>18</sup>, ele não discutirá nem a história real, nem o uso da imaginação nessa fórmula. Essa é essencialmente a posição de Bakhtin no que tange à romancização e à nação, apesar de ela ser mediada por sua experiência na Rússia e não por uma análise estrutural da forma do estado.

Semelhantemente, o silêncio de Anderson no que se refere à estrutura profunda da forma de nação não é produzido pelo fato de ele ter iniciado as suas reflexões sobre o

---

<sup>15</sup> Texto na tradução em inglês: “the concept of a structure capable of producing determinate ‘community effects’” [...] “is not itself a community”.

<sup>16</sup> Texto na tradução em inglês: “mere discourses of the community (mythical, historical or literary grand narratives)”.

<sup>17</sup> Texto na tradução em inglês: “historicity itself has a history”.

romance ou sobre as vidas literárias enquanto evidência cultural de nação ou nacionalismo, mas pela sua crença de que havia descoberto essa lógica no simbolismo e nos consequentes tropos. Por fim, poderíamos sugerir que Anderson e Balibar abordam o mesmo problema, i.e., a nação e as exigências da nacionalidade (*nationness*) por meio de metáforas afins: para Balibar, ambiguidade, ambivalência e oscilação; para Anderson, um tipo de não equivalência espectral. Isso permitiria uma correspondência entre as suas respectivas críticas institucionais: a de Balibar, a partir de uma posição que vê a hegemonia em uma lógica oscilante de coerção e multiplicidade; a de Anderson, a partir de uma suposição não menos segura de que deve haver algo além da autenticidade em ambos os lados do seu “telescópio” metodológico. Bakhtin se apresenta com uma conexão heurística entre os dois, usando uma terceira metáfora: a abertura, a maneira como, talvez, a romancização oferece forma à nação sem nomeá-la.

Ao abster-se de qualquer análise estrutural da forma da nação por meio de um conteúdo fenomenológico - a nação enquanto direcionamento estrutural, Anderson perde a oportunidade de revelar as lacunas dessa análise enquanto forma de oposição dialógica à interpretação equivocada da comunidade imaginada da nação, vista como uma estrutura serial não problemática, simplesmente reproduzida dentro do tempo homogêneo hábil do agora, atravessado pelo “Jetztzeit” de Benjamin e o “entrementes” de Auerbach. Isso tende a reforçar a redução de nação a uma faculdade mimética, enquanto esse momento imitativo também tem uma facilidade diegética que questiona a lógica do tempo em jogo (e também o seu realismo). Mais uma vez, é importante ressaltar que isso não ocorre porque o próprio Anderson foge à crítica institucional, mas porque ele confia em seu olho literário mais do que no seu sentido de ciência social. Isso provou ser um benefício à crítica literária em particular, e, se inadvertido, foi reforçado por uma introdução mais recente, pelo autor, de uma economia espectral da diferença em estudos comparativistas. Buscarei ser claro: a solução não é simplesmente reconectar a forma de nação com nação via Bakhtin, Balibar e Anderson, mas entender a lógica da própria separação, o modo crítico como está muito frequentemente em harmonia com a reprodução institucional de nação como algo dado, até mesmo, ou especialmente, hipostasiado. A tensão entre forma de nação e nação deve ser preservada

---

<sup>18</sup> Texto na tradução em inglês: “all historical communities are primarily ‘imagined communities’”.

em uma análise cultural, a fim de registrar a ambivalência estrutural em ambas como possibilidade de uma serialidade que liberta a nação em uma lógica específica de transnacionalismo.

A serialização, nesse nível, é o sistema de escrita do tempo da nação. Independentemente de como caracterizamos sua estrutura profunda, Anderson permite um entendimento de formação de nação como um processo que é, de imediato, institucionalmente repetitivo e inscrito. Se a intervenção de Balibar nos faz lembrar de que a forma de nação não é em si uma comunidade (2004, p.20), então as ideias de Anderson sobre serialidade atendem às práticas comunitárias que, apesar da aparência, não são em si uma forma. A isso Pheng Cheah refere-se como “parte da gramática de toda nação”, devendo ser a causa ausente no processo de sua narração, especialmente em um pensador como Bakhtin (CHEAH, 1999). Anderson avança com a noção de que “a origem do nacionalismo [...] vive por meio de comparações”, uma brilhante formulação dada a aura espectral na qual esse “viver” acontece. Como aponta Cheah, a comparação aqui é a causa de inquietação, mas não é apenas o espaço das elites metropolitanas ou dos exílios cosmopolitanos: é causada pelo fluxo peripatético das relações sociais capitalistas que, se soa como a causa ausente de Althusser, não carrega o imperativo de causalidade estrutural preciso, uma série sem serialidade.

Anderson suplementa a sua tese sobre a importância do tempo calendarizado para imaginar nação com dois tipos de serialidade: restrito e irrestrito<sup>19</sup>. O segundo tipo mantém o tempo-agora do jornal, mas adiciona a ele a condição de mundano. O seu tempo assume um mundo com o qual é contíguo e um grau de padronização na linguagem jornalística. Juntos, eles dão a impressão de que o jornal governa os termos que expressam simultaneidade e de que a sua serialidade é um sintoma de um “novo pensamento em série” em geral, que poderia conduzir “o tempo completamente homogêneo, vazio, diacronicamente e sincronicamente na página do jornal”. Dessa forma, “era de dentro dessa lógica da serialidade que uma nova gramática de representação passou a existir, tornando-se também uma pré-condição para imaginar

---

<sup>19</sup> Ver Anderson (1991; 1998).

nação” (ANDERSON 1998, p.34)<sup>20</sup>. Ao abordar a serialidade, Anderson assume outra pré-condição na sua discussão anterior sobre o cunho capitalista da imprensa, que é suprimida aqui, mas permanece questionável como uma forma de determinismo tecnológico.

A segunda manifestação de serialidade é restrita, pois depende de asserções categóricas e de processos de acumulação de dados do censo. Ambas as categorias (nunca distantes de ideologia) e a numeração restringem a série ao sugerir uma totalidade circundada por uma prática aceitável de uma contagem anônima – enquanto aquilo que conta, é claro, confirma a autoimagem do estado. Para se provar a serialidade não restrita em ação, não surpreenderia a ninguém se Anderson retornasse à ficção. De fato, podemos nos sentir perdoados se pensamos que a verdade do discernimento de nação está precisamente na serialidade irrestrita da ficção. As lições são inúmeras, mas duas em particular são relevantes: (i) Anderson argumenta que a serialidade é o complemento da simultaneidade no pertencimento nacional; (ii) nunca ficou claro na crítica do autor que a lógica da serialidade é apenas, ou até mesmo, uma pré-condição primeira de nação. É possível aceitar a premissa da identificação imaginária e ainda duvidar do grau da sua força e da natureza compartilhada de suas categorias. Seria a lógica da serialidade mais persuasiva em outro registro, um que não reivindicasse a casualidade de forma tão insistente, mas que, de fato, estivesse imbuído da mesma ambivalência como seu objeto?

Esse é o terreno e o tempo do romance seriado, a lógica cultural em que a romancização e a serialização se entrelaçam. O romance seriado depende da historicidade da história de tal forma que a sua lógica tempo-espaço, o cronotopo, não consegue ser adequadamente apreendida fora das instituições, das categorias literárias e das comunidades imaginadas em que ela é concebida. Suporta, pois, o fardo da inserção com todo o otimismo inferido pela socialização. No entanto, isso pode apenas problematizar a sua identidade, mesmo quando é reeditada uma serialização “restrita” diferente no romance. O tema do romance seriado e da sua lógica de história – a forma de tempo que diferencia consideravelmente, por exemplo, *Oliver Twist* de Charles

---

<sup>20</sup> Texto no original: “diachronically up and down homogenous, empty time, as well as synchronically, on the newspaper page”. “It was from within this logic of the series that a new grammar of representation came into being, which was also a precondition for imagining the nation”.

Dickens e *Aoi Yori Aoshi* de Kou Fumizuki – não foi adequadamente teorizado no âmbito dos estudos literários<sup>21</sup>. Entendo como axiomático, no entanto, que o conceito de romancização de Bakhtin está preso à serialização na modernidade e requer que a temporalidade a esse respeito seja repensada. O romance sobre o qual Bakhtin escreve está intimamente associado à serialização, quer consideremos a série de cinco volumes de *Gargântua e Pantagruel*, a serialização das obras de Dostoiévsky na revista *Russian Messenger* [*Mensageiro russo*] ou a sequência epistolar e o díptico *Wilhelm Meister* de Goethe. *Madame Bovary* [de Gustave Flaubert], *Guerra e paz* [de Liev Tolstói], *Os embaixadores* [de Henry James], *Coração das trevas* [de Joseph Conrad], *Kim* [de Rudyard Kipling], *Suave é a noite* [de F. Scott Fitzgerald] e, certamente, *A comédia humana* de Honoré de Balzac também revelam bastante essa simbiose. A serialização instancia o presente nessas obras, e é somente por meio da análise de tal identificação que o futuro do romance e da nação, parente da modernidade, pode ser vislumbrado. É completamente sintomático o fato de que Morson, em uma análise em outros aspectos aguda da temporalidade em Bakhtin, passe por cima das implicações da serialidade em sua crítica – mesmo quando discute a oportunidade perdida por Bakhtin diante do melhor devoto russo da abertura do tempo, ou seja, Tolstói<sup>22</sup>. Se, como Morson declara, a serialização era “essencial” à obra *Guerra e paz*, isso não é decorrente do fato de que Tolstói não queria retomar a obra para fazer mudanças, nem tampouco porque ele não queria terminar o texto, mas porque, na serialização, o tempo da história no romance excede a capacidade de consciência individual de finalizar a sua expressão. Isso não exclui as exigências individuais do autor, especialmente em termos de prerrogativas econômicas – como foi, por exemplo, muitas vezes o caso de Dickens, mas não entrega o tempo da diferença à volição, à percepção temporal ou a qualquer capricho pessoal. Embora não endosse a argumentação de Sartre sobre a serialidade e o coletivo, em parte porque ele se fundamenta na série como uma mediada do prático-inerte, Sartre, no entanto, irrefutavelmente dá ao outro um papel no processo de conexão e desconexão. Isso, em si, pode ser mais próximo do modelo bakhtiniano de socialização.

---

<sup>21</sup> Com algumas poucas exceções, como, por exemplo, *The Reenchantment of Nineteenth-Century Fiction* [*O reencanto da ficção do século XIX*] de David Payne (2005).

<sup>22</sup> Ver Morson (1991).

Algumas características da serialização do romance são relevantes à análise da serialização da nação nesse momento. Por exemplo, sua emergência deve muito às economias do capitalismo de imprensa discutido por Anderson. No Reino Unido, quando os jornais passaram a ter um formato maior de página com a intenção de evitar a arrecadação de impostos sobre páginas menores, a ficção seriada seria encontrada enchendo páginas de espaço extra criado. A publicação de jornais inevitavelmente mudou tanto o tipo de história a ser contada como os próprios leitores. Se Anderson está correto ao afirmar que o jornal facilita uma experiência de serialidade irrestrita no discurso de nação, então a ficção seriada participa dessa simultaneidade expansiva. Entretanto, isso não necessariamente garante a identificação em nome da nação, a não ser que a definição seja limitada àquilo que coexiste com um determinado mercado. Toda ficção projeta uma comunidade ou comunidades; uma das tarefas ao se analisar romances seriados é sempre entender a extensão do quanto são sobredeterminados pelas peculiaridades da própria serialização. O principal elo de conexão aqui não é o jornal como tal, mas aquilo que eu chamaria de engajamento seriado: o processo pelo qual a narração molda os leitores e o desejo de se envolver na história sobre um período longo de tempo. Em relação ao jornal, há, pelo menos, duas formas de obrigação contratual que o escritor tem de ter: o óbvio compromisso financeiro que firma com a editora e a expectativa de que o próximo fascículo seja entregue ao leitor dentro do prazo estipulado. No entanto, a serialização não faz justiça à função do tempo no projeto, que considera a extensão como um elo determinante para a experiência do tempo que é a substância da narrativa. Esse é o link entre romance seriado e romance em série: no último, a obrigação de um intervalo regular de publicação é mínima, mas tende apenas a intensificar a obrigação ao próprio tempo e às suas modalidades conflitais, que se estendem de formas variadas, dando um significado alternativo à serialidade e à sua relação com a nação: os parâmetros históricos que parecem identificar o espaço como significativo para o romance; a experiência vivida de lugar e distância, um movimento associado à migração, exílio e peregrinação de vários tipos, mas que, aqui, são uma consequência direta de uma identificação específica com o lugar (o que Anderson caracteriza como “espectro de comparação”); o tempo de escrita como entrelaçado com aquela memória benjaminiana em um momento de perigo, mas com condições existentes de mudança no tempo: diminuir, aumentar, fazer o texto aparecer e

desaparecer, não simplesmente como um função editorial, mas pelas forças criativas e destrutivas que tratam da forma de nação como uma experiência vivida em diferentes espaços e composições; e o dilema da finalização: como melhor terminar uma narrativa quando a sua série não é restrita a uma lógica do tempo que necessariamente a ultrapassa. Isso é o que Bakhtin entende como romancização, mas aqui é mais precisamente definida como a serialidade aberta na serialização. Ao ler Rizal, Anderson sugere que “o romance, enquanto gênero literário, [...] permitiu que se imaginasse ‘As Filipinas’ como uma realidade sociológica confinada” (1998, p.251)<sup>23</sup>. Entretanto, em sua forma estendida, o que está restrito em sua colocação de diferentes marcadores sociais, de vestimenta, fala, coalização, práticas cotidianas em profusão, é desfeito de forma serial pelo processo de elaboração do tempo enquanto duração e disjunção. Assim como Anderson elucida a nação às custas da lógica estrutural da forma de nação, nas suas diferentes críticas profundas de Rizal e Pramoedya, ele propõe uma “realidade sociológica confinada” sem considerar a serialidade como uma lógica formal de narração. Todos os seus outros temas obtêm tradução, circulação, uma simultaneidade terrena. Entretanto, o tempo também é o espectro *na* comparação, e o seu papel no cronotopo pede ser algo além de comparativo: é o imperativo temporal da persistência contra a persistência, a luta para escrever enquanto o que restringe a expressão se mantém vivo discretamente (e pode incluir a própria nação como uma condição de subjugação). Nesse nível, o romance em série pode ser encontrado em outros modos de serialidade (releituras, retraduições, adaptações, formações de cânones, adições póstumas, etc.). Nenhum deles precisa prover o conteúdo de nação e, no entanto, pode dar a ela uma aura de consistência. Essa não é a diferença entre descrever uma nação e participar dela. Tudo que sugiro é que a serialidade é um modo de tempo narrativo cuja especificidade é historicamente concreta. Bakhtin trata dessa ideia por meio da romancização: no movimento da luta do romance com outras formas até a luta do romance consigo mesmo. A serialização, no entanto, como o tempo da diferença, consegue especificar o processo do romance na nacionalidade (*nationness*), percebido, dessa forma, entre a nação enquanto vivida e a forma de nação enquanto irrepresentável. Na minha pesquisa, esse pensamento já permitiu uma discussão sobre a ficção extensa,

---

<sup>23</sup> Texto no original: “the novel as literary genre (...) permitted the imagining of ‘Las Filipinas’ as a bounded sociological reality”.

o romance em série, como cronotopo pós-coloniais, como um “longo espaço”. Fica claro, no entanto, que as consequências temporais da serialização modulam a diferença de tempo em outras modalidades, provavelmente para erradicar a nacionalidade (*nationness*) enquanto uma experiência de comunidade que elas confirmarão. A chave não é a conexão, mas a luta na própria temporalidade, tanto como medida como falta de medição.

Apesar de não haver espaço aqui para considerar essas formações, as permutações fictícias da serialidade restrita e irrestrita têm fundamentos reais em tudo, desde a circulação do capitalismo transnacional ao envio de mensagens digitais. Juntas, elas constituem alternativas lógicas e tecno-lógicas para a simultaneidade normativa. Um perigo óbvio de unir temporalidade e nação com serialidade é a ênfase na cronologia e na concomitante teleologia, que pareceriam, mais uma vez, privilegiar formas de tempo e de cronotopo que sobrecarregariam a narrativa se não com comparações espectrais, certamente com ações originárias da Europa. A resposta de Partha Chatterjee à fundamentação de Anderson enfatiza tanto os problemas de limitabilidade *versus* ilimitabilidade na serialidade (especialmente a diminuição da identidade étnica que atende à crítica de Anderson ao censo) quanto os limites de libertação no conceito de tempo vazio, homogêneo (CHATTERJEE, 1999). Apesar de eu não pensar que o argumento de Anderson se resume ao julgamento da serialidade ilimitada e da identidade nacional como bons conceitos e da serialidade limitada e da identidade étnica como conceitos ruins, Chatterjee tem razão ao questionar o grau de distinção entre eles, quando a retórica da universalidade em jogo parece estar presa, de alguma forma, à filosofia iluminista com a sua própria série lógica. É necessário ainda uma maior atenção ao “tempo do capital”, que forja seu calendário específico impresso em simultaneidade obscura. O que Benjamin entende como *cronos* contraditório, aquele que sustenta momentos messiânicos que quebram o laborioso contínuo do capital enquanto estase, Chatterjee censura como “utópico”, já que “o tempo homogêneo vazio não é encontrado em nenhum lugar no espaço real” (1999, p.131)<sup>24</sup>. Correto. A razão pela qual podemos historicizar o capitalismo e um dos seus sintomas complexos, o estado-nação, é porque a abstração do tempo não pode, absolutamente, suturar as

---

<sup>24</sup> Texto no original: “empty homogeneous time is not located anywhere in real space”.

relações de tempos em tempos. As narrativas de progresso e linearidade podem parecer como o bálsamo curador para a abstração do tempo no agora, mas esse é apenas um alibi monológico para aquilo que é, de fato, uma contradição. O capital não pode revolucionar-se sem a ausência de tempo. É no desejo do capital por universalidade que não só a substância da sua história é percebida, como também a medida sem medida, o repicar do sino da expiração. Essa é a temporalidade que o capital, a despeito de si mesmo, busca extinguir, enquanto preserva a faculdade de utopia em sua finitude.

A romancização responde à crise do tempo, estudando mudanças genéricas como sintomáticas. A serialização provê conteúdo ao momento de tais mudanças, mas considera a própria temporalidade como problemática, uma crise no tempo dentro de uma crise do tempo. Neste artigo, consigo discernir a diferença de tempo do tempo de diferença em um antimônio específico da modernidade, a nacionalidade (*nationness*) como pertencente a um mundo em circulação e, de forma provocativa, sugiro a sua relação com a teorização sobre o atual fim do jogo da modernidade, feita por Bakhtin em Kustanai. o que responde à inexorável interpelação política da romancização. Não tenho certeza se estamos testemunhando o definimento do estado previsto por Lenin – apesar de desejar ver Lenin, como afirma Zizek, “recarregado” (*reloaded*) – uma matriz que inclui sua predileção tanto pela *Lógica* de Hegel, como pelo filósofo Hegel, mais do que por Sartre, com quem o laço da serialidade deve ser desfeito. Por ser esquemático, não incluí a maior parte do conteúdo (um verdadeiro bakhtiniano!) ou alguma parte da pré-história da serialização: além de Hegel, por exemplo, o enredo em Aristóteles, a temporalidade de St. Agostinho, o *Dasein* de Heidegger ou, claro, a série de três volumes intitulada *Tempo e narrativa* de Paul Ricoeur. Para alguns, a romancização permanece como uma agradável vocação bem distante do sujeito e da sujeição de nação, mas é exatamente porque ela está serialmente ligada à modernidade que é compelida a executar as suas contradições. Se a cultura dialoga com a modernidade dessa forma, ela pode ser reiterada com o conteúdo da temporalidade pela romancização dialogizante. Dei à serialização um papel neste projeto não somente porque ela mantém uma tensão crítica entre o romance e o romance como forma, mas porque é uma forma de ler a história da literatura “presente, em toda a sua abertura” ao conteúdo sociopolítico do tempo. Eu argumentaria que essa é a real diferença na interlocução encontrada na *PMLA*

com a qual iniciei este artigo e que permanece um desafio nos estudos bakhtinianos e outros.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Imagined Communities*. New York: Verso, 1991.
- \_\_\_\_\_. *The Spectre of Comparisons*. London: Verso, 1998.
- BAKHTIN, M. *The Dialogic Imagination*. Edited by Michael Holquist and translated by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin, TX: University of Texas Press, 1981.
- BALIBAR, E. *We, the People of Europe: Reflections on Transnational Citizenship*. Translated by J. Swenson. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.
- BUDGEN, S.; KOUVELAKIS, S.; ZIZEK, S. (Eds.). *Lenin Reloaded*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.
- CHATTERJEE, P. Anderson's Utopia. *Diacritics*, vol. 29, no.4, pp.128-34, Winter, 1999.
- CHEAH, P. Grounds of Comparison. *Diacritics* vol. 29, no.4, pp.3-18, Winter, 1999.
- CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.
- HIRSCHKOP, K.; SHEPHERD, D. Bakhtin and the Politics of Criticism. *PMLA*, vol. 109, no.1, pp.116-18, January, 1994.
- HITCHCOCK, P. The Scriptible Voice and the Space of Silence: Assia Djébar's Algeria. *Bucknell Review*, vol. 43, no.2, pp.34-49, 1999. (Special Issue: *Bakhtin and the Nation*).
- \_\_\_\_\_. *The Long Space: Transnationalism and Postcolonial Form*. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 2010.
- MORSON, G. Bakhtin, Genres, and Temporality. *New Literary History*, vol. 22, no.4, pp.1071-1092, Autumn, 1991.
- \_\_\_\_\_. Introduction. *PMLA*, vol. 107, no. 2, pp.226-231, March, 1992.
- PAYNE, D. *The Reenchantment of Nineteenth-Century Fiction*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- TIHANOV, G. *The Master and the Slave: Lukacs, Bakhtin, and the Ideas of their Time*. New York: Oxford University Press, 2000.

Traduzido por Orison Marden Bandeira de Melo Júnior – [junori36@uol.com.br](mailto:junori36@uol.com.br)

*Recebido em 08/10/2015*

*Aprovado em 12/11/2015*